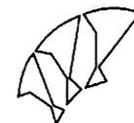


Digitizado
Enviado 06/08/18

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 21ª Reunião Ordinária - 13/04/2018 – 9-13 h

Pontifícia Universidade Católica - PUC – Campinas - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	André L. X. Macedo Barreto (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Cooperativa de HOLAMBRA	Petrus Weel (S)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PUC-Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SANASA (CT-EA)	Ana Lúcia F. R. Vieira (R)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
PM Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CIS - Itu	Reginaldo Pereira dos Santos (S)
Cooperativas de Holambra / HC2	Geraldo G. J. Eysink (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
UNICAMP	André Munhoz de Argollo Ferrão (T)

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Sérgio Razera Leonardo L. Baumgratz Maria Eugênia Martins Marina Peres Barbosa
PM de Limeira	Raquel Schimidt

PM de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão
TNC	Henrique Bracale
SANASA	Amanda Alves Lima

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica para apreciação e sugestões de todos os membros; **2. Abertura da 21ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):** A abertura da reunião foi realizada às 9:45 h com a presença da coordenação do GT-Mananciais, passando-se em seguida a palavra ao secretário para as demais providências administrativas; **3. Secretaria – Aprovação das minutas das atas anteriores (19ª e 20ª Reuniões Ordinárias) e Informes Gerais:** Em função do formato de workshop da última reunião ordinária, não foram colocadas minutas de atas para aprovação, sendo as duas últimas apresentadas nesta reunião. A 19ª minuta de ata foi aprovada com as ressalvas apresentadas pela Prof. Luiza, e a 20ª sem alterações, com compromisso de releitura das duas a ser feita pelo Sr. Leonardo (Agência PCJ) para verificar algum erro ortográfico não detectado. **Informes:** (1) Evento sobre saneamento rural no Centro de Conhecimento da Água da SANASA em Campinas no dia 13 de abril das 9:30 às 16:30h (Reunião Técnica com Stakeholders - Parcerias e Saneamento Básico Rural da Região de Campinas/SP), (2) Parceria com a SMA - Programa Município Verde Azul (PMVA) usando o programa como instrumento da Política de Mananciais e a SMA divulgando a Política de Mananciais para todos os demais Comitês de Bacias do Estado de São Paulo. A Agência de Bacias enviará oficialmente os documentos da Política para a coordenação do PMVA, (3) Convite para o Encontro Pós Fórum Mundial da Água no dia 17 de abril, das 10 às 13 h no Auditório do Núcleo Administrativo Municipal de Rio Claro. Realização do Consórcio de Bacias PCJ e apoio dos Comitês de Bacias PCJ, (4) Coordenador da CT-RN João Demarchi vai fazer uma apresentação da Política de Mananciais na CT-OL visando uma maior integração entre as referidas câmaras técnicas e um aprofundamento sobre a outorga coletiva em bacias hidrográficas priorizadas pela política, (5) Sr. Petrus (Cooperativa de Holambra) informou evento sobre saneamento rural a ser realizado em Holambra no próximo dia 17 de abril às 18 h, (6) 10º Seminário de Solos e Água em comemoração ao Dia Mundial de Conservação dos Solos a ser realizado no IAC (Campinas/SP) também no dia 17 de abril, das 9 às 18 h e (7) Sr. João Baraldi comentou sobre a parceria entre a prefeitura de Rio Claro e a APA Corumbataí para formação de uma

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASIAIS

Ata da 21ª Reunião Ordinária - 13/04/2018 – 9-13 h
Pontifícia Universidade Católica - PUC – Campinas - SP

UGP única para pleitear recursos junto ao Edital 2018 da Política de Mananciais e gerenciar os projetos desenvolvidos nessa região; **4. EDITAL 2018 da Política de Mananciais - Programas I e II - Andamento (item 3 da pauta):** A Agência de Bacias PCJ atualizou os membros presentes sobre os contatos que tem sido feitos pelos municípios interessados em apresentar projetos no Edital 2018, colocando o ArcGis disponível para todos os 60 municípios, sendo que 10 a 11 cidades entraram em contato solicitando mais informações, especialmente sobre o funcionamento da UGP. Piracicaba e Arthur Nogueira se manifestaram com interesse no Edital 2018. Foi salientada a importância dessa ferramenta de gestão e governança dos projetos a serem executados. Comentado sobre os recursos do TCRA referente ao prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes e os recursos de aproximadamente R\$7,8 milhões disponíveis para serem usados nos municípios impactados. Essa discussão está sendo feita pela Fundação Florestal, Agência de Bacias e GAEMA. Em relação a possíveis novas parcerias para aumentar o potencial de investimentos, comentado pelos técnicos da CATI o lançamento do Projeto São Paulo AgriClima (SMA e SAA) que já foi apelidado de Microbacias III, com investimentos na ordem de US\$ 100 milhões. Espera-se que haja avanços no CAR e no PRA através desse programa para o estado de SP. Sr. João Baraldi comentou com tristeza que o COMDEMA e o COMDER de Rio Claro não estão funcionando, o que atrapalha o avanço das discussões no município sobre assuntos de interesse ambiental e dos produtores rurais. Levantado a possibilidade de realização de um segundo Workshop para auxiliar os municípios na elaboração dos projetos; **5. Programa II - PSA - Apreciação da solicitação de aditamento do contato nº 20/2016 da UCE Bacias Jaguariúna (item 4 da pauta):** O projeto desenvolvido em Jaguariúna foi apresentado pelo Sr. Henrique Bracale (TNC) e pela servidora Srta. Aline Granghelli Catão (PM de Jaguariúna). Apresentada a situação atual do projeto Bacias de Jaguariúna, com UGP formada; base Cartográfica; 100% Mapeamento das Propriedades Rurais; levantamento socioeconômico finalizado; Plano de Negócios e Arcabouço Legal estruturado. Com relação a sustentabilidade jurídica, descritas a Lei Municipal 2.218 de 14 de Abril de 2014, que dispõe sobre a criação do Programa Bacias Jaguariúna para a conservação e recuperação de mananciais e dá outras providências; Lei Municipal 2.249 de 11 de Setembro de 2014, que dispõe sobre o repasse de valores do ICMS-Ecológico para o Fundo de Meio Ambiente Municipal e dá outras providências e o Decreto Municipal nº 3.297 de 04 de Fevereiro de 2015, que regulamenta a adesão ao Programa

Bacias Jaguariúna para a utilização de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (ICMS Ecológico) em conformidade com as Leis Municipais nº 2.218 e 2.249/14. Com relação a sustentabilidade financeira, comentado sobre a disponibilidade de R\$700 mil da ANA; PSA prefeitura (ICMS Ecológico - \$25mil desde 2015); Restauração: Compensação Ambiental em 70 hectares (~R\$2,1 milhões); 90 hectares prospectados (~2,7 milhões) e a UCE: PCJ (R\$142mil/02 anos de contrato - Agência de bacias PCJ). Total alavancado em 4 anos (recursos de implementação) igual a aproximadamente R\$5,7 milhões, além R\$25 mil com PSA. São metas a restauração ecológica de 210 hectares, conservação 475 ha de florestas, implementação de saneamento rural e monitoramento hidrológico, entre outras ações. Os resultados acumulados ou em finalização até agora em restauração ecológica e outras ações foram: 70 hectares em processo de restauração, 90 hectares acordados, iniciando os trabalhos, conservação de 125 ha de florestas, 25 km de terraços e 1 km de estradas internas. Com relação as discussões e justificativas para o termo aditivo, primeiro conceituou-se a UNIDADE COORDENADORA DE EXECUÇÃO - UCE como apoio, suporte técnico e acompanhamento das ações do Programa Bacias Jaguariúna, com a finalidade de viabilizar a fase de implementação de atividades para a conservação e recuperação de mananciais. Conceito testado, abrindo possibilidade para replicação em outros municípios. Funções exercidas até agora e produtos já entregues: Acompanhamento contínuo das ações implementadas ou em implementação; Relatório Descritivo de Acompanhamento - RD; Mobilização de novos proprietários e Mapeamento para PIP; Relatório de Banco de Áreas - RBA; Suporte logístico nas ações de Monitoramento Hidrológico e Relatório de Monitoramento Hidrológico - RMH. Foram resultados práticos obtidos: acompanhamento de cercamento, plantio e respectivas manutenções em 70 hectares; acompanhamento de 30km de cercas construídas em APP; acompanhamento e monitoramento de status de 125 hectares de fragmentos florestais; mobilização de 15 produtores rurais; engajamento de três novos proprietários (600 ha); acordo para a restauração de mais 90 hectares e a conservação de 25 hectares de florestas e 200 amostras de águas nos pontos de MH (monitoramento hidrológico), todas entregues no laboratório da Embrapa Meio Ambiente. 11 RDAs, 11 RMHs e 3 RBAs. PONTOS DE JUSTIFICATIVA: fluxo de auditoria de PSA, áreas em processo de plantio e áreas em manutenção, monitoramento hidrológico, reorganização de GT, novos pontos e novos equipamentos e início das primeiras análises e resultados

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 21ª Reunião Ordinária - 13/04/2018 – 9-13 h

Pontifícia Universidade Católica - PUC – Campinas - SP

preliminares, expansão para novas áreas (novas mobilizações e ganho de escala no município) e um Plano de Transição: diálogo com a prefeitura. ADITIVO: 02 anos (conforme previsto em cláusula contratual), substituição de escopo geográfico e lista de propriedades para o RBA, inclusão das novas áreas trabalhadas (restauração e conservação) e Saneamento Rural. Ajustes na rotina do MH e eventual correção de valor. Após a apresentação, apesar de não ser uma exigência legal, foi colocada em votação a solicitação, sendo aprovada por unanimidade; **6. Programa III - APRM (item 5 da pauta):** A Srta. Maria Eugênia (Agência de Bacias PCJ) apresentou um cronograma com datas limites para apresentação de possíveis atualizações na Política de Mananciais para aprovação ainda em 2018. A questão de APRM tem sido discutida com a SMA e o Grupo GT- Rede de Áreas Protegidas (que também discute o Programa IV), levantando-se questões sobre acordos locais, uso de ocupação do solo, consórcios entre municípios, interesses políticos e econômicos contrários a preservação ambiental. Precisa ficar entendido que os Comitês de Bacias também fazem política, e podem interferir na eleição de vereadores e prefeitos que estejam alinhados com as questões ambientais e de recursos hídricos. O urbanismo atual deve avaliar a paisagem integrando o meio rural com o meio urbano, e a preservação ambiental em consonância com o desenvolvimento rural e valorização dos produtores rurais. Citado o exemplo das dificuldades enfrentadas com os municípios de São Pedro e Charqueada. Não pode-se esquecer também da ação importante do poder judiciário (MP) nas questões ambientais de maior interesse coletivo, que junto com o Novo Código Florestal, podem indicar áreas com restrição de uso. Comentado também sobre a construção das novas represas a necessidade de definição de áreas mais importantes para abastecimento desses repesamentos; **7. Programa IV - Biomas Mata Atlântica e Cerrados (item 6 da pauta):** O Sr. João Demarchi, secretário do GT- Rede de Áreas Protegidas, fez rápidos comentários sobre o andamento das atividades desse grupo de trabalho, salientando a disponibilidade de um curso *on line* sobre a elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica, parceria com o projeto RECONNECTA, capitaneado pela Secretaria do Verde de Campinas para a RMC (Região Metropolitana de Campinas), que será entregue ao PDUI de Campinas para melhor gestão do território regional (20 municípios envolvidos). Também enfatizada a importância da parceria com o GAEMA Campinas para coparticipação na construção do inquérito a ser aberto pelo MP sobre as Unidades de Conservação (ou Áreas Protegidas) no Estado de São Paulo visando um

diagnóstico mais claro e realista da condição de manutenção e manejo destas unidades; **8. Outros assuntos (item 7 da pauta):** Comentado sobre a participação dos Comitês de Bacias no 8º Fórum Mundial da Água e a oportunidade de apresentação da Política de Mananciais na Assembleia do REBOB (Rede Brasileira de Organismos de Bacias), espaço São Paulo (Sistema Paulista de Gestão de Recursos Hídricos) e no espaço oficial do Fórum a convite da WRI e Fundação O Boticário para apresentar os esforços de investimentos em infraestrutura natural no âmbito dos Comitês de Bacias PCJ. Participaram das apresentações Cláudia Grabher, Petrus Weel, João Baraldi e João Demarchi. O Sr. Petrus introduziu um novo termo para discussão no âmbito do GT - Mananciais, a questão da Função Social da Terra. O Sr. João Demarchi comentou sobre a necessidade de discutirmos um Regimento Interno para o GT-Mananciais e ou atualização mínima da Política sobre as questões relacionadas a governança do GT (eleição e reeleição da coordenação) e indicações e exclusões de membros; **9. Encerramento (item 8 da pauta):** O coordenador adjunto Henrique Bellinaso agradeceu a presença de todos, em especial a PUC Campinas, em nome da Profª. Luiza, pela seção do espaço e deu por encerrada a reunião ordinária às 13 h, desejando a todos um bom retorno.

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN